



SIMULADO FINAL

TJ TO

Técnico Judiciário
Apoio Judiciário e Administrativo
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TJ TO – Técnico Judiciário – Apoio e Administrativo – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ TO;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca FGV.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-TO-Técnico-18-06>

01 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
17 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
18 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
19 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
20 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Fabricio Dutra

01. I. A verdadeira coragem no ser humano está em reconhecer os seus erros e mesmo assim, sentir-se bem e disposto para a vida.

II. Ser humana é uma condição irreparável. Lidar com medos, inseguranças. Lidar principalmente com dúvidas.

Ah, dúvidas são muito cruéis!

III. Gosto de me fazer de forte, Mais percebo que nas minhas imperfeições, eu me humanizo.

Essas três frases estão relacionadas a um tema, que é:

- a) a insignificância dos homens.
- b) a impossibilidade do conhecimento.
- c) os riscos da vida.
- d) a presença do pecado.
- e) a fraqueza humana

02. Assinale a opção que se encontra na voz passiva:

- a) Eu tinha estudado esse conteúdo ontem.
- b) Discutiu-se abertamente sobre este tema.
- c) Não se acredita mais em suas palavras.
- d) Eu vivia isolado do mundo.
- e) Agora se fala o nome do suspeito.

03. Assinale a oração destacada que apresenta valor semântico de causa:

- a) Venha logo para o trabalho, porque houve diversos problemas aqui.
- b) Se você não estudar, nada aprenderá.
- c) Se suas riquezas foram a causa de sua perdição, seria melhor que as não houvesse conseguido.
- d) Já fizemos todo o trabalho. Você já pode, portanto, ir embora.
- e) Faça tudo direitinho, de modo que não haja reclamações a seu respeito.

04. Assinale a frase que apresenta ambiguidade.

- a) Os competentes e trabalhadores são sempre abençoados com muita sorte.
- b) Trabalho não é garantia de sucesso, mas sem trabalhar duro não chegamos lá.
- c) Ser volúvel e temperamental talvez seja uma das maiores fraquezas do ser humano.
- d) Nunca pensei em desistir de mim.
- e) Ele decidiu rapidamente ir embora da loja de sapatos.

05. A frase abaixo que mostra um erro quanto à colocação de um pronome pessoal é:

- a) Infelizmente, não lhe foi possível dominar as divagações.
- b) Ele decidiu nunca arrepender-se sem motivos.
- c) O esgotamento, confundindo-se com a fome, ia envolvendo o velho lenhador.
- d) Dize-me com quem andas, dir-te-ei quem és.
- e) ele ainda não havia falado-me essas injúrias.

06. Assinale a opção que apresenta incorreção gramatical.

- a) Resolvi afastar um pouco para colocar tudo em seu lugar.
- b) Antes você era meu primeiro pensamento do dia, agora você é a última coisa que eu quero lembrar.
- c) Construí um muro para me livrar deste mundo imundo.
- d) Se você um dia me ver comendo salada em um restaurante, saiba que eu fui sequestrada e estou tentando sinalizar.
- e) Casais felizes engordam juntos!

07. O impossível não existe.

A palavra “impossível” apresenta um prefixo com significação negativa, assim como ocorre em

- a) submersas.
- b) superespécimes.
- c) preocupar.
- d) inacabado.
- e) endosmose.

08. “Todo método que pretende ajudar a encarar as manifestações do sentimento parte de sua origem.” Assinale a alternativa em que a substituição do verbo em destaque não mantém o mesmo sentido.

- a) arrostar
- b) defrontar
- c) esquiar
- d) afrontar
- e) enfrentar

09. A presença dele sempre congraza o ambiente.

O verbo destacado significa:

- a) Despedaçar minuciosamente.
- b) Analisar detalhadamente.
- c) Integrar detalhadamente.
- d) Repartir igualmente.
- e) Coadunar harmonicamente.

10. Vou almoçar fora e quase emendo com o fim do dia. Bebendo cerveja. Mas pensando. Pensando nessas besteiras que vocês estão a ler agora. Juro que eu trabalho, gente. Penso, invento, crio. E esses funcionários fantasmas, que trabalham em várias repartições e nunca comparecem? Será que eles não têm culpa? Será que só eu me sinto culpado neste país?

Quando o autor expressa ‘Juro que eu trabalho’, ele:

- a) Faz uma confissão aos leitores
- b) Revela preocupação em se justificar para os leitores.
- c) Pretende incluir os leitores no texto, com intimidade.
- d) Desce o nível de formalidade para ser melhor compreendido.
- e) Mostra preocupação em ser claro para os leitores.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

11. De acordo com a Constituição do Estado de Tocantins, NÃO constitui órgão do Poder Judiciário do Estado de Tocantins.

- a) a ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense.
- b) o Tribunal de Justiça Militar - TJMTO.
- c) os Juízes de Paz.
- d) os Juizados Especiais.
- e) os Juízes Substitutos.

12. Mário é Secretário Estadual de Educação e está sendo acusado de praticar crime de responsabilidade não conexo com o Governador. De acordo com o Regimento Interno do TJTO, a competência para julgamento de Mário é:

- a) do Órgão Especial do TJTO.
- b) da Primeira Câmara Criminal do TJTO.
- c) da Segunda Câmara Criminal do TJTO.
- d) do Tribunal Pleno do TJTO.
- e) das Comissões Permanentes do TJTO.

13. Conforme previsão do Regimento Interno do TJTO, como regra, o quórum de funcionamento do Tribunal Pleno do TJTO corresponde à:

- a) maioria absoluta de seus membros.
- b) maioria relativa de seus membros.
- c) maioria simples dos presentes.
- d) dois terços de seus membros.
- e) três quintos de seus membros.

14. Amarildo é Juiz de Direito na comarca de Palmas - TO. Acusado de lesar direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou por habeas data, tem um mandado de segurança em matéria cível ajuizado contra o seu suposto ato ilegal. De acordo com o Regimento Interno do TJTO, a competência para julgar o referido remédio constitucional é:

- a) do Tribunal Pleno do TJTO.
- b) do Órgão Especial do TJTO.
- c) da Câmara Cível do TJTO.
- d) da Câmara Criminal do TJTO.
- e) do Conselho da Magistratura.

15. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, a investidura em cargo público ocorre com a posse, seguida de exercício. Dispõe também sobre as formas de provimento do cargo público, dentre elas NÃO se incluindo:

- a) a reversão.
- b) a recondução.
- c) a readaptação.
- d) a disponibilidade.
- e) o aproveitamento.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Elisabete Moreira

16. Planejamento, Organização, Direção e Controle (PODC) são quatro funções administrativas que formam o processo organizacional. O tipo de planejamento responsável por elaborar os cronogramas específicos, no qual são criados os métodos, procedimentos, normas, metas e programas é o

- a) Planejamento Operacional.
- b) Planejamento Tático.
- c) Planejamento Estratégico.
- d) Planejamento Consolidado
- e) Planejamento Situacional

17. Considerando-se os principais processos administrativos, é correto afirmar que são algumas das principais finalidades do controle:

- a) a gerência de conflitos internos; o reconhecimento do esforço dos trabalhadores e estabelecimento de recompensas; o processo de comunicação interna.
- b) a definição de objetivos para a empresa; o desenvolvimento de premissas sobre condições futuras; a identificação de meios adequados para alcance dos objetivos.
- c) a divisão e agrupamento das atividades na empresa; a designação de pessoas para as respectivas tarefas.
- d) a garantia de qualidade dos processos na empresa; a institucionalização de padrões de comportamento no trabalho; a adequada gestão dos recursos físicos, econômicos e humanos da empresa.
- e) o monitoramento e a mensuração do desempenho dos empregados; a adoção de medidas corretivas para assegurar o alcance de objetivos desejados.

18. No desempenho de suas funções, os administradores exercem diversos papéis, agrupados em três categorias, segundo a tipologia proposta por Mintzberg. Situações em que o administrador recebe muitas informações e deve fazer uma escolha ou opção representam papéis das seguintes categorias, respectivamente:

- a) líder; empreendedor;
- b) disseminador; empreendedor;
- c) monitor; empreendedor;
- d) solucionador de conflitos; administrador de recursos;
- e) monitor; administrador de recursos.

19. Força-tarefa é uma das formas de se constituir uma equipe de trabalho. Assinale a alternativa que contém o conceito correto de força-tarefa.

- a) Formada por um gerente e seus subordinados, em uma cadeia formal de comando, podendo incluir três ou quatro níveis de hierarquia do mesmo departamento.
- b) Composta por funcionários de vários departamentos, formada para lidar com um problema, tarefa ou atividade específica e que existe somente até que essa necessidade seja concluída.
- c) Formada fora da estrutura formal da organização para planejar e empreender projetos específicos voltado à criatividade e à inovação.
- d) Composta por funcionários que vão desenvolver projetos, especificamente, de longo prazo.
- e) Formada por grupos que desempenham tarefas como fabricar, montar, vender ou prestar serviços.

20. Assinale a opção que indica os seis elementos fundamentais do processo de comunicação.

- a) Destinatário, transmissor, meio, receptor, destino e ruído.
- b) Pessoa, remetente, canal, receptor, destino e barreiras.
- c) Fonte, transmissor, canal, receptor, destino e ruído.
- d) Pessoa, remetente, meio, transmissor, receptor e ruído.
- e) Fonte, transmissor, meio, ambiente, receptor e barreiras.

21. A motivação constitui um dos elementos mais importantes do cenário organizacional, que interfere diretamente nos resultados alcançados pelos indivíduos. Sobre motivação, é correto afirmar que

- a) necessidades humanas são o foco central da teoria dos dois fatores.
- b) motivação é algo intrínseco e individual, embora alguns estudiosos acreditem ser discutível essa posição.
- c) motivação depende da necessidade financeira, considerada na teoria como necessidade básica.
- d) autorrealização é uma necessidade que se liga à estima e à consideração para ser atenuada.
- e) pagamento de salário é considerado fator motivacional.

22. Um dos métodos modernos de avaliação de desempenho é denominado 360° que apresenta como principal vantagem

- a) permitir que todos os membros de uma equipe de trabalho avaliem o trabalho dos seus parceiros.
- b) assegurar uma avaliação bem focalizada por parte da comissão designada para tal pela direção.
- c) garantir que todos os subordinados opinarão de forma anônima sobre o desempenho profissional do gerente.
- d) assegurar o ajustamento dos funcionários às variadas demandas de seu ambiente de trabalho e parceiros.
- e) proporcionar uma adequada adaptação do funcionário avaliado às expectativas dos dirigentes da organização.

23. Determinado funcionário de um banco foi designado para coletar dados sobre a ocorrência de problemas no atendimento ao público, tendo em vista que a pesquisa de avaliação realizada tinha mostrado resultados insatisfatórios. Para isso, ele recebeu do especialista em qualidade registros da ocorrência de eventos relacionados às possíveis causas que estariam provocando tal insatisfação, como excessivo tempo de espera na fila do caixa e falta de cortesia no atendimento, entre outa. Tratando-se da qualidade, a ferramenta básica a ser utilizada pelo funcionário que permita organizar essas informações é:

- a) histograma;
- b) folha de verificação;
- c) carta de controle;
- d) diagrama de Ishikawa;
- e) diagrama de Pareto.

24. Na administração de materiais é necessário o ordenamento dos itens em estoque, de acordo com diversos critérios. A classificação dos itens de acordo com o seu valor durante determinado período, é uma característica da ferramenta de gestão de materiais denominada

- a) prazo de renovação.
- b) curva ABC ou Curva de Pareto.
- c) prazo de abastecimento.
- d) MRP-*Manufacturing Resources Planning*.
- e) sistema de revisão periódica.

25. O sistema de produção que tem como princípio a recolocação dos estoques no tempo certo, eliminando os gastos com estoques à espera para serem processados, é o

- a) *Kaizen*.
- b) *Kanban*.
- c) *FIFO – first in, first out*.
- d) *LIFO – last in, first out*.
- e) *Just-in-time*.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

26. Segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, a eficiência da administração pública constituiria “a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário”. No que se refere ao princípio da eficiência e à avaliação de políticas públicas, à luz das disposições constitucionais, é correto afirmar que:

- a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma disposta em lei.
- b) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma de lei complementar.
- c) Os órgãos e entidades da administração pública, desde que individualmente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados.
- d) Os órgãos e entidades da administração pública devem realizar avaliação das políticas públicas, divulgando-se o objeto a ser avaliado, mas não os resultados alcançados.
- e) Os órgãos e entidades da administração pública devem realizar avaliação das políticas públicas, divulgando-se os resultados alcançados com a avaliação, mas não o respectivo objeto.

27. Sobre o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado de Tocantins, assinale a característica correta:

- a) versa tanto sobre aspectos de legalidade como de mérito.
- b) pode resultar no desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.
- e) geralmente é realizado ex ante.

28. João, candidato a concurso público organizado pela entidade privada Beta, que foi contratada para cuidar dos preparativos do concurso público do órgão público Alfa, pertencente à administração direta do Estado do Tocantins. No referido certame, os exames acabaram sendo cancelados por indícios de fraude, ocasionando diversos danos a João. Neste caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que:

- a) o Estado do Tocantins responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade Beta se tornar insolvente.
- b) a entidade Beta apenas responderá se comprovada a participação de seus agentes na fraude, mediante conluio.
- c) a entidade Beta não responde pelos danos materiais sofridos pelos candidatos em razão de a organização do certame correr sob riscos do órgão contratante.
- d) o órgão público Alfa detém responsabilidade primária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- e) o órgão público Alfa detém responsabilidade subsidiária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.

29. José, agente público do Estado Beta, praticou ato de publicidade com recursos do erário, buscando se enaltecer por obras públicas realizadas durante sua gestão e, assim, pessoalizar tal atividade estatal. Considerando haver comprovado dolo com finalidade ilícita por parte do agente, é correto afirmar que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, José poderá ser sancionado com a pena de:

- a) suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.
- b) perda da função pública, relativamente a todos os vínculos ocupados por José.
- c) perda da função pública, exclusivamente em relação ao vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração.
- d) multa civil equivalente ao dano causado ao erário.
- e) pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

30. No tocante aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se conduta culposa para a caracterização de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- c) Considera-se dolo a vontade livre e inconsciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

31. Constitui hipótese de dispensa de licitação prevista na Lei 14.133/2021:

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.
- b) contratação de remanescente de obra em consequência de rescisão contratual.
- c) construção de estabelecimentos penais.
- d) manutenção de veículos automotores em valores inferiores a R\$108.040,82.
- e) contratação de artista consagrado.

32. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a nova lei de licitações prevê a utilização de critérios de desempate e de preferência, aplicados sucessivamente, a fim de determinar o vencedor do certame.

Após a aplicação da disputa final, de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021, será utilizada(o) como critério de desempate a(o):

- a) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.
- b) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- d) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- e) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

33. Em relação às entidades da Administração Indireta e aos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, constituindo-se nas mesmas exigências para a alienação do controle de subsidiárias e controladas.
- b) para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista é necessária autorização específica do Congresso Nacional.
- c) a autorização legislativa não é necessária no caso de venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, não há necessidade de autorização legislativa ou processo licitatório para alienação das empresas-matrizes.
- e) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como do controle de suas subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa e licitação.

34. Tomando por base as lições doutrinárias e os entendimentos jurisprudenciais acerca da autotutela, é correto afirmar que:

- a) O direito admite a convalidação de atos praticados mediante desvio de finalidade.
- b) O Poder Judiciário poderia convalidar, em sua atuação típica, atos administrativos que padecem de vícios sanáveis, desde que tal decisão não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- c) Admite-se a convalidação parcial de atos administrativos.
- d) O ato de convalidação, dada sua natureza discricionária, não pode recair sobre atos vinculados que apresentem vícios sanáveis.
- e) Dentre as semelhanças entre convalidação e revogação de atos administrativos, encontra-se a produção de efeitos ex nunc.

35. No que se refere à disciplina geral sobre contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- a) A Lei 8.666/1993 continuará a reger, durante toda sua vigência, os contratos celebrados após o início da vigência da Lei 14.133/2021 nos casos em que a Administração optar por licitar de acordo com Lei 8.666/1993.
- b) A nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) admite a subcontratação integral do objeto contratual, quando referir-se a obras e serviços de engenharia em que houver sido exigido seguro-garantia.
- c) As cláusulas de um contrato administrativo são fixadas de forma unilateral pela Administração, razão pela qual tais avenças caracterizam-se como sendo de adesão.
- d) Em determinado contrato decorrente de licitação realizada sob a modalidade diálogo competitivo, é possível a aplicação de multa de no máximo 25% do valor contratual, caso prevista contratualmente.
- e) Segundo dispõe a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.804,08.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

36. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor autodenominado Libertadores do Mundo impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme

redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) outorgada e rígida.

37. A respeito da competência para legislar sobre inquérito policial, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) Os estados somente poderiam legislar sobre a matéria se não houvesse legislação federal.
- c) A competência é concorrente, de modo que os estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A competência legislativa só poderia ser exercida pelos estados se houvesse delegação da União, por meio de lei complementar.
- e) A superveniência de lei federal sobre a matéria revoga lei estadual no ponto contrário.

38. Beltrano da Silva ajuizou ação civil ordinária contra o Conselho Nacional de Justiça, para desconstituir decisão tomada pelo Conselho nos autos do Procedimento de Controle Administrativo XX/2021, que declarou vaga a serventia por ele titularizada, por falta de aprovação em concurso público. Considerando o caso narrado, nos termos expressos na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa que define corretamente o órgão competente para julgar a causa.

- a) Juiz Federal
- b) Tribunal de Justiça.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

39. A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

- a) naturalização.
- b) orçamento.
- c) juntas comerciais.
- d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- e) custas dos serviços forenses.

40. Acerca dos conceitos, das classificações das constituições e da Constituição Federal de 1988 (CF/88), indique a opção correta.

- a) Constituições cesaristas são aquelas impostas, criadas sem a participação popular.
- b) Quanto ao modo de elaboração, a CF/88 é classificada como dirigente.
- c) Conquanto as constituições históricas sejam juridicamente flexíveis, sob o aspecto político, são normalmente rígidas.
- d) Constituição, na definição de Hans Kelsen, corresponde a uma decisão política fundamental.
- e) No sentido sociológico, as constituições são normas puras, puro dever ser, puro dever fazer.

41. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, indique a única alternativa que contém uma afirmação INCORRETA:

- a) Os direitos e garantias fundamentais não possuem conteúdo patrimonial, razão por que são intransferíveis, inegociáveis e não são alcançados por prescrição.
- b) Os direitos fundamentais não são absolutos, de forma que podem encontrar limitações em outros direitos constitucionalmente consagrados. No entanto, ensina Norberto Bobbio que alguns direitos não admitem a relativização, tais como o direito de não ser torturado e o de não ser escravizado.
- c) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, classificou os direitos e garantias fundamentais em três categorias, a saber: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais e Direitos de Nacionalidade.
- d) Os direitos fundamentais, em sua dimensão subjetiva, são concebidos sob a perspectiva do indivíduo, de forma que configuram posições jurídicas oponíveis ao Poder Público e à atuação do particular.
- e) A primeira geração dos direitos fundamentais, século XVIII, foi pautada em teorias liberais que objetivavam a defesa das liberdades individuais. Direitos civis, individuais e políticos estão classificados nessa geração, composta por direitos negativos.

42. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

43. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo posicionamento majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição, de maneira que haveria uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição quanto à matéria.
- b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- c) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da Advocacia -Geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.
- d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

44. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor autodenominado Libertadores do Mundo impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) outorgada e rígida.

45. Beltrano da Silva ajuizou ação civil ordinária contra o Conselho Nacional de Justiça, para desconstituir decisão tomada pelo Conselho nos autos do Procedimento de Controle Administrativo XX/2021, que declarou vaga a serventia por ele titularizada, por falta de aprovação em concurso público. Considerando o caso narrado, nos termos expressos na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa que define corretamente o órgão competente para julgar a causa.

- a) Juiz Federal
- b) Tribunal de Justiça.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Mário Godoy

46. Juan, domiciliado na Espanha, casa-se com Maria, também domiciliada na Espanha. O casamento é celebrado no Brasil, e em seguida, o casal passa a estabelecer domicílio conjugal na Argentina. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

- a) Os impedimentos matrimoniais para o casamento de Juan e Maria obedecerão ao disposto na lei espanhola.
- b) A invalidade do matrimônio de Juan e Maria será regida pela lei brasileira.
- c) O regime de bens do casamento de Juan e Maria seguirá a lei espanhola.
- d) O regime de bens do casamento de Juan e Maria seguirá a lei argentina.
- e) As formalidades de celebração do casamento de Juan e Maria deverão observar a lei espanhola.

47. Camila, 16 anos, casou grávida, mas acabou de se divorciar. João, 17 anos, foi aprovado em concurso público, porém está aguardando a investidura no cargo.

Pedro, 17 anos, entrou na faculdade de direito. Lúcia, 16 anos, trabalha como auxiliar de serviços gerais, mas é sustentada pela mãe. De acordo com as regras do Código Civil sobre pessoas naturais, será possível atribuir plena capacidade civil a:

- a) Camila, João, Pedro e Lúcia.
- b) Camila e João.
- c) João e Lúcia.
- d) Camila e Lúcia.
- e) Camila.

48. Claudio fez um testamento e nele dotou parte do seu patrimônio para constituir a Fundação Vida Saudável, destinada a fomentar atividades visando à melhoria da saúde de idosos. Após sua morte, adotaram-se os procedimentos necessários a constituir a referida fundação. De acordo com as regras do Código Civil sobre fundações, assinale a alternativa correta.

- a) A Fundação Vida saudável será fiscalizada pelo Ministério Público Federal.
- b) Se o patrimônio dotado por Claudio for insuficiente para constituir a Fundação Vida Saudável, será ele destinado à fazenda pública municipal, salvo disposição contrária no estatuto.
- c) Para alterar o estatuto da Fundação Vida Saudável, será necessário que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos responsáveis por geri-la e representá-la.
- d) O Ministério Público não participará de eventual processo de alteração estatutária da Fundação Vida Saudável.
- e) Tornando-se impossível consumir a finalidade visada pela Fundação Vida Saudável, seus bens serão destinados a uma outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante, salvo disposição contrária no estatuto.

49. Silvio encontra-se em situação de premente necessidade financeira. Em virtude do fato, vendeu sua casa a Renato por 40% do que o imóvel efetivamente vale. Arrependido, pretende anular o negócio jurídico.

De acordo com as regras do Código Civil sobre negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico entre Silvio e Renato pode ser anulado pelo vício de lesão.
- b) O negócio jurídico entre Silvio e Renato é plenamente válido.
- c) O negócio jurídico entre Silvio e Renato é nulo.
- d) O vício incidente sobre o negócio jurídico entre Silvio e Renato não convalida pelo decurso do tempo.
- e) Prescreve em quatro a pretensão para anular o negócio jurídico entre Silvio e Renato.

50. Lucio, dirigindo embriagado, colidiu com o carro pertencente a André, que estava estacionado em uma via pública. O acidente ocorreu em fevereiro de 2018. Em fevereiro de 2019, André foi convocado para representar o Brasil na embaixada da Holanda, tendo regressado ao território brasileiro em fevereiro de 2021. De acordo com as regras do Código Civil sobre prescrição, a pretensão de André para obter reparação civil de Lucio prescreve em:

- a) Fevereiro de 2021.
- b) Fevereiro de 2022.
- c) Fevereiro de 2023.
- d) Fevereiro de 2024.
- e) Fevereiro de 2025.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

51. A decisão que julga parcialmente o mérito do processo é recorrível por:

- a) apelação.
- b) agravo de instrumento.
- c) agravo interno.
- d) embargos à execução.
- e) mandado de segurança.

52. Pode ser parte em processo que tramita no Juizado Especial Cível:

- a) a União.
- b) o preso.
- c) a microempresa.
- d) o incapaz.
- e) a massa falida.

53. A ação que tem por objeto sanar uma turbação ou esbulho é:

- a) a ação de usucapião.
- b) a ação demarcatória.
- c) a ação possessória.
- d) a ação de execução.
- e) a ação rescisória.

54. A interrupção da prescrição:

- a) ocorre com o despacho que determina a intimação do réu, desde que proferido por juiz competente, e retroage à data da propositura da ação.
- b) ocorre com o despacho que ordena a citação do réu, desde que proferido por juiz competente, e retroage à data da propositura da ação.
- c) ocorre com o despacho que determina a intimação do réu, ainda que proferido por juiz incompetente, e retroage à data da propositura da ação.
- d) ocorre com o despacho que ordena a citação do réu, ainda que proferido por juiz incompetente, e retroage à data da propositura da ação.
- e) ocorre com o despacho que determina a intimação do réu, ainda que proferido por juiz incompetente, e não retroage.

55. O prazo para o Ministério Público interpor embargos de declaração no processo comum é de:

- a) 5 dias.
- b) 8 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 30 dias.

56. A remessa necessária, em termos processuais:

- a) é uma ação.
- b) é um recurso.
- c) é um negócio jurídico processual.
- d) é forma de intervenção de terceiro.
- e) é um incidente processual.

57. NÃO é elemento essencial de qualificação das partes na petição inicial:

- a) o estado civil.
- b) o número de inscrição no CPF ou no CNPJ.
- c) a profissão.
- d) a data de nascimento.
- e) o endereço eletrônico.

58. Não se pode afirmar que não está fundamentada a decisão que:

- a) invoca motivos que se prestariam a fundamentar qualquer decisão.
- b) não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- c) afastar a aplicação de enunciado de súmula de Tribunal Superior.
- d) se limitar à reprodução de ato normativo.
- e) se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.

59. NÃO é caso de indeferimento liminar da inicial:

- a) a manifesta ilegitimidade ativa.
- b) a ausência de pedido.
- c) a manifesta falta de interesse processual.
- d) a cumulação de pedidos.
- e) a ausência de causa de pedir.

60. O julgamento do recurso especial é de competência:

- a) dos Tribunais de Justiça.
- b) dos Tribunais Regionais Federais.
- c) dos presidentes dos Tribunais estaduais e regionais.
- d) do Superior Tribunal de Justiça.
- e) do Supremo Tribunal Federal.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

61. A respeito de aplicação da lei penal, assinale a assertiva correta.

- a) Não se aplica a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- b) A homologação de sentença estrangeira que obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e outros efeitos civis, depende de pedido da parte interessada.
- c) No caso de *novatio legis in melius*, a sentença penal transitada em julgada impede a retroatividade.
- d) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- e) A *abolitio criminis* faz cessar a execução de todos os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

62. Quando o dispositivo de uma infração penal prevê em seu preceito secundário “se o fato não constitui crime mais grave”, refere-se ao princípio solucionador do conflito aparente de normas da:

- a) especialidade.
- b) alternatividade
- c) fragmentariedade.
- d) subsidiariedade.
- e) consunção.

63. Durante uma visita a um zoológico, Junior se desequilibrou e caiu no interior da jaula de uma onça, em clara situação de perigo atual. Diante disso, Tobias, que possui porte de arma de fogo, estava no local juntamente com sua família e ao verificar a situação, realiza um disparo de fogo letal contra o animal. Considerando a situação hipotética, a conduta de Tobias:

- a) configura exercício regular de um direito.
- b) configura legítima defesa de um terceiro.
- c) configura estado de necessidade de terceiro.
- d) configura crime ambiental.
- e) configura estrito cumprimento do dever legal.

64. Assinale a alternativa que NÃO contém uma causa de inimizabilidade penal.

- a) embriaguez culposa.
- b) embriaguez patológica.
- c) menoridade.
- d) embriaguez fortuita.
- e) embriaguez por força maior.

65. Considerando o Código Penal, assinale a alternativa que contém uma forma qualificada do delito de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.

- a) se o crime é praticado mediante dissimulação.
- b) se o crime é praticado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.
- c) se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.
- d) se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.
- e) se o crime resulta em lesão corporal de natureza grave.

66. Tício, ao passar por uma joalheria, percebe que o vendedor da loja havia ido no banheiro e não tinha ninguém no interior da loja. Diante disso, Tício entra na loja e subtrai uma pulseira e um anel de ouro. Entretanto, quando Tício estava saindo da loja, o vendedor retorna e percebe a conduta, tentando reaver os objetos subtraídos. Nesse momento, Tício saca uma pistola e ameaça o vendedor para que este não o impeça de sair com os bens subtraídos. Levando-se em conta o caso hipotético, a conduta de Tício configura o crime de:

- a) furto tentado.
- b) roubo impróprio.
- c) furto majorado.
- d) roubo próprio.
- e) roubo com violência imprópria.

67. Quando um advogado ou procurador judicial defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias, configura o crime de:

- a) exercício ilegal da profissão.
- b) patrocínio infiel.
- c) tergiversação.
- d) exercício arbitrário.
- e) advocacia administrativa.

68. Segundo a Lei nº 8.072/1990 – Lei de Crimes Hediondos, não é considerado crime hediondo:

- a) o roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.
- b) a epidemia com resultado morte.
- c) a extorsão mediante sequestro.
- d) a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.
- e) a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

69. Quando um funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, caracteriza-se o delito de:

- a) concussão.
- b) prevaricação.
- c) condescendência criminosa.
- d) excesso de exação.
- e) corrupção passiva.

70. A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, considere os próximos itens.

I – Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

II – Quando houver descumprimento reiterado da medida anteriormente imposta, o prazo da internação poderá ser superior a três meses.

III – A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Nenhuma das alternativas.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

71. Brígida foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Régis, no dia 12.06.2021. Brígida descobriu a autoria delitiva em 18.07.2021, vindo a óbito em 24.05.2022, deixando uma filha, de nome Francisca, e um avô, de nome Antenor. Em 10.06.2022, a filha da vítima procura um advogado para saber sobre a possibilidade de exercer o direito de queixa em face do infrator.

Nesse caso, deve ser esclarecido que o direito de queixa:

- a) passará ao avô e à filha, com prioridade para esta.
- b) passará ao avô e à filha, com prioridade para o avô.
- c) passará apenas à filha da vítima.
- d) passará apenas ao avô.
- e) não passará a nenhum dos dois

72. André foi denunciado pelo crime de roubo majorado, mas se encontra atualmente em local incerto e não sabido, embora se saiba que reside na Holanda.

Nesse caso, André deverá ser citado:

- a) Por edital
- b) Por mandado
- c) Por carta rogatória
- d) Por hora certa
- e) Por carta precatória

73. No rito sumário, ao final da instrução, o Juiz passará à fase das alegações finais, que serão:

- a) necessariamente escritas
- b) necessariamente orais
- c) em regra, escritas.
- d) em regra, orais, mas poderá o Juiz permitir a apresentação de memoriais, no prazo sucessivo de 05 dias.
- e) em regra, orais, mas poderá o Juiz permitir a apresentação de memoriais, no prazo comum de 05 dias.

74. Acerca do desaforamento no rito do Júri, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Poderá ser determinado quando houver dúvida sobre a imparcialidade dos jurados.
- b) Poderá ser determinado quando houver excesso de serviço, devidamente comprovado.
- c) Poderá ser determinado quando houver dúvida sobre a segurança pessoal do acusado.
- d) Não poderá ser requerido pelo assistente de acusação.
- e) O próprio Juiz competente pode representar ao Tribunal pelo desaforamento.

75. Sobre a ação penal privada subsidiária da pública, assinale a alternativa correta:

- a) Será cabível em caso de arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia.
- b) Em caso de negligência do querelante na condução da ação penal privada subsidiária, haverá preempção, gerando extinção da punibilidade.
- c) O MP poderá aditar a queixa-crime subsidiária.
- d) deverá ser oferecida no prazo decadencial de 06 meses, a contar da ciência da autoria delitiva pela vítima.
- e) A ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

76. No que tange à lei processual penal no tempo, é correto afirmar que o CPP brasileiro adotou o sistema:

- a) da unidade processual
- b) do isolamento das fases processuais
- c) franco-belga
- d) do isolamento dos atos processuais
- e) misto

77. O habeas corpus é remédio constitucional para proteção à liberdade de locomoção, e poderá ser impetrado:

- a) por pessoa jurídica, apenas.
- b) por qualquer pessoa física, apenas
- c) por qualquer pessoa física, em seu favor, apenas
- d) pelos Juízes e Tribunais
- e) pelo Ministério Público

78. Mayara foi vítima do crime de extorsão praticado, em tese, por Jonas. No curso do processo, o MP pleiteou a absolvição, por falta de provas. O Juízo, a seu turno, proferiu sentença absolutória, por falta de provas. Mayara pretende se habilitar como assistente. Nesse caso, é correto afirmar que Mayara:

- a) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, recebendo o processo no estado em que se encontrar.
- b) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, desde que o faça antes do início do prazo recursal.
- c) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, de forma que deverá ser refeita a instrução.
- d) não poderá mais requerer sua habilitação como assistente de acusação, eis que já proferida sentença de mérito.
- e) em caso de indeferimento do pedido de habilitação, caberá recurso apelação.

79. José é servidor do TJ-TO e está lotado no Gabinete do Juiz da 01ª Vara Criminal da comarca da Capital. No exercício de sua função, José se depara com um processo criminal no qual seu amigo íntimo, André, é réu; Rudimar é desembargador do mesmo TJ-TO e foi sorteado como relator de um recurso de apelação interposto em processo criminal no qual Rudimar, meses antes, havia atuado como Juiz de primeira instância e proferido sentença.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José e Rudimar poderão atuar, não havendo suspeição ou impedimento.
- b) José e Rudimar estão impedidos de atuar no referido processo.
- c) José e Rudimar são considerados suspeitos.
- d) José é considerado impedido, e Rudimar é suspeito.
- e) José é suspeito, e Rudimar está impedido de atuar.

80. José foi denunciado pelo MPTO pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, José teria se passado por um comprador em uma loja de eletrônicos para, valendo-se da distração do vendedor, subtrair dois aparelhos celulares, avaliados em R\$ 8.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:

- a) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave.
- b) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave.
- c) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave.
- d) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.
- e) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJ-TO-Técnico-18-06>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>